

## **CRESCIMENTO, DIVERSIFICAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO: PENSANDO A ECONOMIA BAIANA PARA O FUTURO**

*Growth, diversification and interiorization:  
thinking about the future of the bahia's economy*

**Gustavo Casseb Pessoti<sup>1</sup>**  
**Fernanda Calasans Costa Lacerda Pessoti<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Este artigo realiza uma análise retrospectiva (2011-2020) e perspectiva para a década de 2021-2030 da economia baiana, com destaque para o modelo de crescimento adotado ao longo desse período, bem como para os desafios estruturais que limitaram o dinamismo econômico do estado. Utilizando dados secundários (IBGE, SEI/BA, PNADC) e análise documental dos Plano de Desenvolvimento Integrado (2035 e 2050), o estudo identifica a retração econômica, a desindustrialização e a fragilidade da recuperação recente como entraves ao desenvolvimento econômico da Bahia. Entre os anos 2021 e 2024, observou-se uma recuperação modesta da taxa de crescimento do PIB, impulsionada por setores como agropecuária, mineração e energias renováveis, mas sem sinalização clara de um novo ciclo sustentado de crescimento para o restante do período 2025-2030. A análise sugere que o desenvolvimento econômico prospectivo da Bahia requer uma estratégia articulada, baseada em inovação, agregação de valor, interiorização qualificada e de investimentos em logística e infraestrutura digital/tecnológica. Sem mudanças estruturais na matriz produtiva e maior articulação institucional, a Bahia tende a manter um padrão de crescimento inercial e desigual durante a terceira década do século XXI.

**Palavras-chave:** Economia regional. Planejamento Econômico. Desenvolvimento Econômico. Bahia.

### **ABSTRACT**

This article presents a retrospective (2011–2020) and perspective (2021–2030) analysis of Bahia's economy, with emphasis on the growth model adopted during this period, as well as on the structural challenges that have limited the state's economic dynamism. Using secondary data (IBGE, SEI/BA, RAIS, PNAD) and documentary analysis of the Integrated Development Plans (2035 and 2050), the study identifies economic contraction, deindustrialization, and the fragility of the recent recovery as obstacles to Bahia's prospective economic development. Between 2021 and 2023, a modest recovery in GDP growth was observed, driven by sectors such as agriculture, mining, and renewable energy, but without clear evidence of a new sustained growth cycle for the remainder of the 2021–2030 period. The study concludes that Bahia's

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo do Estado da Bahia. E-mail: [gustavo.pessoti@uesb.edu.br](mailto:gustavo.pessoti@uesb.edu.br)

<sup>2</sup> Doutora em Economia pela Universidade Federal da Bahia. Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: [fernanda.pessoti@uesb.edu.br](mailto:fernanda.pessoti@uesb.edu.br)

sustainable prospective economic development requires a well-articulated strategy based on innovation, value addition, qualified territorial decentralization, and the reduction of regional inequalities. Without structural changes to the production matrix and stronger institutional coordination, Bahia is likely to maintain an inertial and unequal growth pattern throughout the third decade of the 21st century.

**Keywords:** Regional Economy. Economic Planning. Economic Development. Bahia.

**JEL:** R11.

## 1 INTRODUÇÃO

A trajetória econômica da Bahia, especialmente nas últimas décadas, tem sido marcada por oscilações profundas entre avanços industriais localizados e desafios estruturais persistentes, revelando os limites de um processo de desenvolvimento ainda fortemente dependente de setores tradicionais e de políticas públicas descontinuadas. Desde a industrialização induzida pelo Polo Petroquímico de Camaçari, nas décadas de 1970 e 1980, o estado experimentou momentos de crescimento significativo, mas também enfrentou dificuldades para consolidar uma matriz produtiva diversificada, com capacidade de promover encadeamentos, inovação e geração sustentada de valor agregado.

No início do século XXI, havia a expectativa de um novo ciclo de crescimento ancorado em programas de desenvolvimento territorial, expansão da infraestrutura e inclusão socioprodutiva. No entanto, a partir da segunda década do século, a Bahia passou a registrar taxas de crescimento negativas, retração da indústria de transformação, aumento do desemprego e perda de participação no PIB regional e nacional. Nesse contexto, surgem questionamentos sobre a capacidade do estado em reativar seu dinamismo econômico e sobre a eficácia das estratégias de planejamento e investimento adotadas até o momento.

Dessa forma, levando em consideração esse pano de fundo, este artigo tem como objetivo central realizar uma breve análise retrospectiva da economia baiana a partir da segunda década do século XXI e uma reflexão perspectiva sobre seus desafios e possibilidades de reestruturação produtiva até o final desta terceira década em curso. Utilizando-se das bases de dados socioeconômicas disponibilizadas pela SEI e pelo IBGE, principalmente relacionadas com as contas regionais do Brasil, foi possível construir um cenário retrospectivo para a evolução econômica da Bahia. Ademais, tomando-se por base a análise documental de dois Planos de Desenvolvimento elaborados pela Secretaria do Planejamento do estado (SEPLAN), denominados de PDI Bahia 2035 e 2050, foi possível conhecer as principais linhas de intervenção governamentais que levariam a economia baiana a um novo ciclo de crescimento, com maior diversificação e mais integração territorial. Com base nesses dois documentos, foi possível construir um cenário prospectivo para a Bahia até o final

da terceira década do século XXI. Ancorado nesta proposta metodológica, estruturou-se este trabalho em quatro seções temáticas, além desta introdução.

Na primeira seção, analisa-se a evolução econômica da Bahia no período de 2011 a 2020, uma década caracterizada por retração econômica, desindustrialização e perda de competitividade, que culminou na maior recessão da história contemporânea do estado. A seção detalha os fatores conjunturais e estruturais que explicam esse desempenho negativo, como a pandemia da Covid-19, a perda de participação da indústria de transformação e a dependência de setores econômicos pouco dinâmicos.

A segunda seção discute os primeiros anos da década atual (2021-2024), marcados por sinais frágeis de recuperação econômica. Apesar do crescimento de setores como agropecuária, mineração e energias renováveis, a Bahia ainda não apresentou indícios claros de um novo ciclo de expansão sustentável (com sinais disruptivos), mantendo um ritmo de crescimento inferior à média nordestina e nacional. A seção também alerta para o risco de interpretações equivocadas sobre uma suposta interiorização do desenvolvimento econômico do estado ao longo desta terceira década do século XXI.

Na terceira seção, são discutidas as diretrizes, limitações e propostas dos Planos de Desenvolvimento Integrado da Bahia - PDI 2035 e 2050, lançados com a promessa de orientar um novo modelo de desenvolvimento econômico e social de longo prazo do estado. A análise evidencia a fragilidade das metas propostas, a ausência de estratégias claras para a transformação estrutural da economia baiana e o distanciamento entre os objetivos do plano e a realidade socioeconômica do estado na primeira versão do PDI realizada para 2035 e novas perspectivas criadas em torno da atualização feita para 2050.

Ao final, propõe-se uma reflexão crítica sobre as perspectivas de desenvolvimento do estado, apontando os limites dos modelos anteriores e a urgência de uma estratégia baseada na geração de valor agregado a partir da base produtiva instalada, logística de transportes, inovação, investimentos em infraestrutura digital e tecnológica e da integração das cadeias do agronegócio, da agricultura familiar e da mineração ao desenvolvimento industrial. O artigo, portanto, busca contribuir para o debate sobre o futuro da economia baiana, oferecendo elementos analíticos que ajudem a repensar as bases do desenvolvimento estadual em um contexto de transformações profundas, tanto no plano nacional quanto internacional.

## **2 A “DÉCADA PERDIDA” DA BAHIA (2011-2020)**

O período 2011-2020 começou sob forte expectativa na continuidade do processo de adensamento da matriz produtiva por meio do programa de governo então denominado de Acelera Bahia e das ações de inclusão socioprodutivas, principalmente no interior do estado. No entanto, como demonstram as estatísticas de

contas regionais disponibilizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a década de 2011-2020 apresentou uma retração nas taxas média e acumulada de crescimento do PIB da Bahia, constituindo-se no único momento da história econômica dos séculos XX e XXI em que ambas as taxas se tornaram negativas. A taxa média de crescimento do PIB baiano dessa década se situou em -0,5%, provocando uma queda acumulada em 10 anos de - 4,6% (SEI, 2025).

As explicações para esses números que vão interromper o ciclo de crescimento econômico do estado, aumentar de forma bastante acentuada o desemprego e diminuir, de forma sem precedentes, o nível de competitividade da economia baiana, estão relacionadas a fenômenos locais, principalmente na primeira metade da década e à conjuntura nacional recessiva que se instalou no Brasil a partir de 2015, e que teve como apogeu desta crise o *impeachment* da presidente da república em 2016. Isso para não mencionar a pandemia da Covid-19, que fez a Bahia registrar uma taxa de decréscimo de 4,4% em 2020, com o desemprego atingindo a marca de 21,7% de sua população economicamente ativa (SEI, 2025). Esses dados são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Taxas de crescimento do PIB e taxas de desemprego<sup>1</sup> - Bahia - 2012 a 2020 (em %)

Ano	PIB	Desemprego
2012	3,0	10,1
2013	1,3	13,1
2014	2,3	14,3
2015	-3,4	13,0
2016	-6,2	17,6
2017	0,0	18,6
2018	2,3	18,1
2019	0,8	18,5
2020	-4,4	21,7

Fonte: SEI (2025); IBGE (2023b).

Nota: (1) - As informações são da Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios Contínua Trimestral. Para cada ano, o 1º trimestre é o período de referência.

Nos primeiros anos da década, mais detidamente entre 2011 e 2013, a economia baiana passou por duas grandes adversidades na sua estrutura produtiva que merecem destaque e que podem justificar a diminuição na intensidade do seu crescimento econômico: a primeira delas foi o longo período de estiagem que culminou com uma quebra de safra durante três anos consecutivos e diminuição na

produção de grãos em aproximadamente 20%, entre 2012 e 2013 (IBGE, 2014). Segundo os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), entre os anos de 2012 e 2013, as maiores quedas na safra baiana aconteceram nas produções de sorgo (-70,9%), algodão herbáceo (-41,5%) e soja (-21,3%), que figuram entre os principais produtos agrícolas da pauta de exportações do estado.

A segunda dessas adversidades tem a ver com a diminuição do valor adicionado da indústria de transformação do estado, que em 2012 passou a representar apenas 6,6% do PIB baiano (menor participação desde 1978) e que acumulou sucessivas taxas negativas de crescimento nesse mesmo período. De 2011 a 2020, foram oito anos de taxas negativas de crescimento da indústria baiana de transformação, que apresentou o ponto mais recessivo em 2015, quando a queda na sua produção física atingiu 6,7% (SEI, 2025).

Apenas como referência da perda de participação da indústria de transformação no PIB da Bahia, em 2005 o setor representava aproximadamente 13,7%, perdendo, pois, aproximadamente sete pontos percentuais de participação na estrutura produtiva do estado da Bahia até 2012. Apesar dos vultosos investimentos industriais realizados na Bahia ao longo dos anos 2000, a indústria do estado não conseguiu perder a sua feição ligada aos ramos químicos e petroquímicos, de modo que mesmo na segunda década do século XXI, não era possível desassociar a indústria baiana do Polo Petroquímico de Camaçari. E foi justamente essa forte concentração setorial que ajudou a explicar a perda de participação da indústria no PIB baiano, observada ao longo de toda essa segunda década do século XXI

Importante lembrar aqui um fato que foi decisivo para a perda de valor agregado da indústria de transformação da Bahia, diretamente associada a uma externalidade da condução da política macroeconômica que vigorou entre 2011 e 2012 no Brasil. Ocorre que dentro de uma estratégia de se evitar uma alta nos preços dos combustíveis, o que poderia provocar o aumento da inflação, o governo brasileiro optou por não repassar a elevação dos custos do barril de petróleo para o refino de combustíveis. Na linguagem da contabilidade social isso significa que o custo de produção de petróleo aumentou, mas, sem repasse de preços, as receitas do refino não conseguiram suplantar os custos intermediários.

O resultado foi uma expansão no consumo intermediário, mas sem correspondente crescimento no valor bruto de produção, uma vez que os preços dos produtos transformados não foram majorados na mesma proporção do aumento dos custos de produção. Como consequência, houve uma redução do valor adicionado pelo setor à indústria baiana de transformação, ficando esse valor negativo em aproximadamente R\$ 1 bilhão, em 2012 (SEI, 2025). Assim, excluindo o setor de refino de petróleo, a cadeia de produção química e petroquímica foi afetada por essa conjuntura, culminando com a diminuição de valor adicionado e de participação da indústria de transformação no PIB baiano, principalmente nos anos de 2012, 2013 e 2014. Somado a isso, a Bahia teve que recorrer também ao mercado internacional,

em uma época de forte instabilidade cambial (o que encareceu as importações da indústria baiana), para comprar nafta necessária para o processamento das resinas petroquímicas que são produzidas pela indústria de transformação do estado. A perda de representatividade da agropecuária e da indústria de transformação fez com que crescesse em importância a participação do setor de serviços, mas, nesse caso, não motivado por uma diferenciação tecnológica ou por um aumento de investimentos nos serviços de alto valor agregado. O ganho de participação esteve tão somente associado à perda relativa de importância dos setores primário e secundário da economia baiana.

Os setores que ganharam maior participação foram a administração pública – que em 2010 representava 29,3% e passou a 32,1% do valor adicionado pelos serviços em 2020 - e o setor de atividades imobiliárias, que, no período em tela, passou de 13,4%, em 2010, para 14,5% da estrutura dos serviços baianos (Tabela 2). Não houve nenhuma diversificação do ponto de vista de novos serviços intensivos em conhecimento e tecnologia que pudesse criar perspectivas para a economia baiana. Pelo contrário, o que se observou como característica desse período foi o crescimento de atividades tradicionais, pouco dinâmicas e incapazes de reverter a tendência de estagnação econômica e declínio nas taxas de crescimento do PIB baiano.

Tabela 2 - Distribuição do PIB no setor de serviços segundo os segmentos - Bahia, 2010, 2011, 2015 e 2020 (Em %)

Atividades	Ano			
	2010	2011	2015	2020
Comércio	20,2	19,8	17,9	17,1
Transportes, armazenagem e correio	6,7	7,1	7,2	5,7
Serviços de informação	3,1	2,8	2,3	2,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	4,6	4,3	5,0	5,3
Atividades imobiliárias e aluguel	13,4	13,2	14,7	14,5
Administração, saúde e educação públicas	29,3	29,3	29,5	32,1
Outros serviços	22,7	23,5	23,4	23,0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: SEI (2025).

Apesar do quadro recessivo apontado pelos números do PIB e do mercado de trabalho da Bahia, ao longo do período que cobre os anos de 2011 a 2020, a estratégia da industrialização incentivada (a partir da Política de Atrações de Investimentos Industriais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado – SDE/BA) claramente não se modificou. Conforme pode ser depreendido a partir das informações presentes na Tabela 3, as expectativas no início da década eram

assentadas em investimentos em novas plantas industriais principalmente nas áreas da indústria naval e náutica, infraestrutura de transportes com as implantações de portos, ferrovias e aeroportos, na mineração e nas energias limpas.

Tabela 3 - Protocolos de intenções de investimentos em ampliação e em novas plantas industriais na Bahia e previsão de empregos diretos - 2007 – 2020

Período	Investimentos (R\$ bilhões)	Empregos Diretos
Ampliadas de 2007 até 2013	5,08	19.421
Implantadas de 2007 até 2013	7,36	45.337
<b>Total (2007 - 2013)</b>	<b>12,45</b>	<b>64.758</b>
Ampliação de 2014 a 2015	2,00	6.122
Implantação de 2014 a 2015	30,94	61.715
Ampliação de 2015 a 2016	1,78	1.838
Implantação de 2015 a 2016	14,13	6.537
Ampliação de 2016 a 2020	0,01	175
Implantação de 2016 a 2020	1,86	8.480
<b>Total (2014 - 2020)</b>	<b>50,71</b>	<b>84.867</b>

Fonte: Pessoti *et al.* (2020).

A despeito dos promissores números esperados até 2020, entre 2007 e 2013, a economia baiana registrou um montante de R\$ 7 bilhões em novos investimentos industriais. Os números de efetivações do período 2014-2020 foram ligeiramente melhores, com aproximadamente R\$ 10,4 bilhões, principalmente relacionados com as indústrias eólicas e solar e os investimentos da empresa Bahia Mineração - BAMIN na área de mineração, mas, representaram apenas 20% dos protocolos assinados (Pessoti *et al.*, 2020).

Ao que parece, esses investimentos não conseguiram promover qualquer mudança no perfil industrial da Bahia, que permaneceu concentrado espacialmente e setorialmente.

Mas, é importante ressaltar que o quadro recessivo da economia brasileira, principalmente entre os anos 2014-2016, foi bastante decisivo para a crise da economia baiana, a partir da segunda metade da segunda década do século XXI. Para reforçar esse argumento é importante lembrar do ritmo de queda da formação bruta de capital fixo que, segundo os dados do IBGE (2025), foi bastante acentuado, tornando-se negativo por três anos consecutivos (2014, 2015 e 2016). Com isso, a

participação da formação bruta de capital fixo que era de 20% do PIB brasileiro em 2014, passou para 15,5% em 2016 (IBGE, 2025).

Os desajustes da economia brasileira também podiam ser percebidos a partir dos indicadores da inflação e do mercado de trabalho deste período considerado. Apesar das tentativas frustradas para controlar os preços administrados pelo governo (energia e combustíveis), a inflação do ano de 2015 atingiu um patamar acima de 10%, àquela época, a maior desde o ano 2002, quando o IPCA tinha atingido 12,5%. O desemprego, como resposta do quadro recessivo do país aumentou quase 40%, em 2015, em relação a 2014, atingindo aproximadamente 10 milhões de pessoas, maior número desde 2004 (IBGE, 2023b). A taxa de desemprego atingiu 9,6% da população economicamente ativa no país, aumentando em 2,7 pontos percentuais comparativamente em relação a 2014.

Como mencionado, o quadro recessivo do país agravou o ambiente de negócios da Bahia e interrompeu completamente o ciclo de crescimento do estado a partir do ano de 2015. O aumento do desemprego, a carestia dos alimentos, da energia elétrica, dos combustíveis e as dificuldades impostas aos gastos públicos são variáveis que ajudam a entender por que a economia baiana passou a enfrentar os mesmos problemas da economia brasileira, mas, que acabaram se repercutindo de forma mais intensa, conforme demonstram os indicadores das taxas de crescimento do PIB e do mercado de trabalho que já foram apresentados na Tabela 1.

A baixa diversificação de um setor industrial fortemente afetado pela conjuntura nacional e internacional do petróleo, que provocou uma perda considerável na agregação da indústria de transformação ao PIB, como já mencionado anteriormente, combinada com um setor de serviços com características anacrônicas e predomínio da administração pública, do comércio e das atividades imobiliárias (somadas essas atividades representavam 63,7% de todo o setor de serviços da Bahia em 2020), configuram-se como as explicações mais contundentes para o quadro recessivo que se fez presente no estado da Bahia durante todo o período que vai de 2015 até 2020.

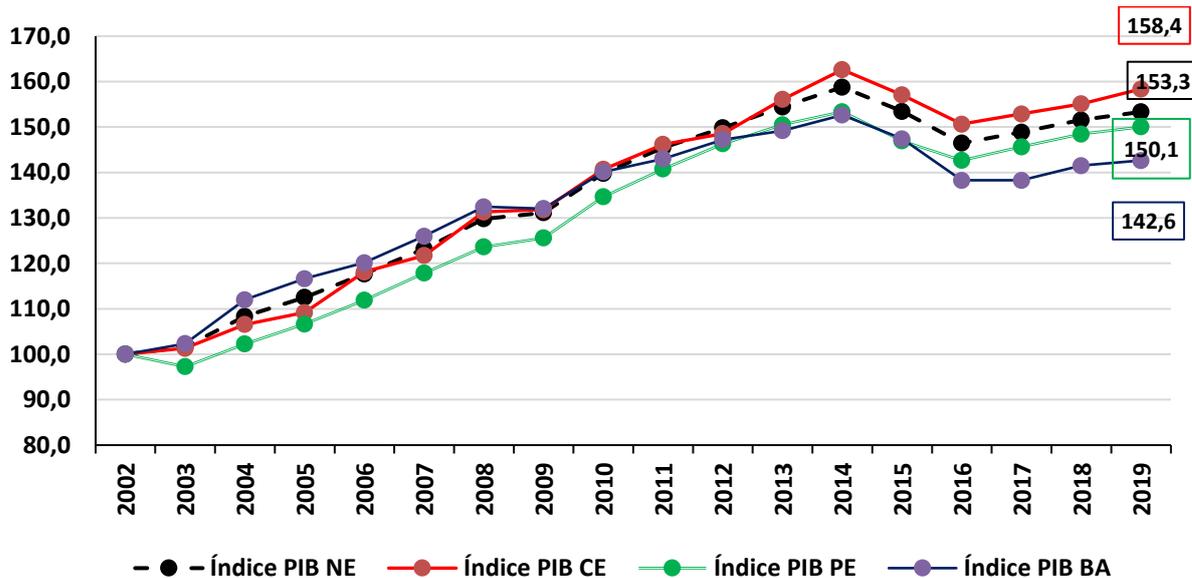
Este período pode ser considerado como o de maior recessão econômica desde o início da aferição da taxa de crescimento do PIB, que começou a ser feita pelo IBGE ainda no final do século XX. Utilizando as informações da SEI, apresentadas na Tabela 2 desta seção, pode-se calcular que a taxa de (de)crescimento acumulada no período 2015-2020 foi de -10,6% (taxa de (de)crescimento média foi de -1,9% nesse período). É exatamente por isso que a economia baiana perdeu a 6ª posição do *ranking* nacional de PIB para o estado de Santa Catarina e teve seu distanciamento para o Distrito Federal (8º lugar neste *ranking*) diminuído.

Em um trabalho publicado no ano de 2021, a equipe de Contas Regionais da SEI comprovou que os resultados apresentados pela economia baiana, particularmente, em 2015, 2016 e 2017 foram decisivos para a diminuição da participação da economia baiana tanto em termos regionais (Nordeste), quanto nacionalmente. Com base no referido documento:

Os índices de volume em queda do PIB nos anos de 2015 e 2016 contribuíram de forma decisiva nas taxas média e acumulada no segundo período analisado, entre 2015 e 2018. Ao observar as taxas dos estados do Nordeste, é perceptível que a Bahia fica atrás apenas de Sergipe quando verificado o seu desempenho econômico nos últimos quatro anos. Para o estado baiano, a variação média foi de -1,9% e acumulou -7,3% no segundo período. A Bahia só volta a registrar uma taxa positiva (2,3%) apenas em 2018 (Vieira; Silva; Santos, 2021).

Essa foi a tônica da economia baiana a partir da segunda metade da década 2011-2020. O estado não só diminuiu o ritmo de crescimento, como também passou a ter resultados abaixo do restante da economia brasileira, notadamente entre seus pares da região Nordeste. Conforme pode ser observado nos dados apresentados no Gráfico 1, a partir de 2011, o ritmo de crescimento econômico da Bahia passou a ser menor do que o verificado para os estados de Pernambuco e Ceará e inferior à média de toda a região Nordeste.

Gráfico 1 - Taxas de crescimento dos PIBs da Bahia, Ceará, Pernambuco e Região Nordeste, 2002-2019



Fonte: IBGE (2022).

Em comparação com os demais estados do Nordeste, os setores produtivos da Bahia apresentaram um crescimento acumulado menor no período de 2015 a 2018, situação da qual apenas Sergipe também compartilhou. No setor agropecuário, a Bahia registrou uma taxa de crescimento acumulada de apenas 4,0%, um desempenho bastante modesto quando contrastado com os 10,3% do Nordeste e os 13,2% do Brasil, mesmo considerando os reconhecidos avanços da base agrícola da região Oeste do estado. No segmento industrial, os resultados foram predominantemente fracos em nível nacional. A Bahia e a região Nordeste tiveram

desempenhos equivalentes, com uma expressiva queda acumulada de -14,9%, superior à retração de -9,9% da indústria brasileira como um todo. Por fim, no setor de serviços, a economia nacional e a regional tiveram quedas próximas, de -2,2% e -2,6%, respectivamente. A Bahia, no entanto, apresentou um resultado significativamente pior, com uma queda de -5,0%, o que representou o pior desempenho entre todos os estados do Nordeste nesse período de quatro anos (IBGE, 2022). Em 2020, a pandemia da Covid jogou “uma pá de cal” na tímida recuperação que se desenhava para a Bahia. Tímida, principalmente porque depois de crescer 2,3% em 2018, no ano de 2019 a economia baiana teve um desempenho próximo de 1,0 (apenas 0,8% de expansão do PIB). Com a pandemia e os decretos federais e estaduais de proibição da circulação de pessoas e de funcionamento da maior parte das empresas da economia baiana no período de março a setembro, a queda do PIB chegou a -4,4% em 2020, o que fez com que a Bahia encerrasse a década de 2011-2020 com uma taxa de decréscimo acumulada de -2,6% (SEI, 2025).

Este cenário sugere que a economia baiana perdeu, em certa medida, sua capacidade de se reativar. Essa percepção é reforçada pela desaceleração do crescimento ao longo do período 2011-2020, acompanhada por uma redução na geração de valor agregado nos setores mais dinâmicos do estado. Assim, mesmo diante do potencial representado pelo agronegócio e por investimentos industriais, principalmente nas áreas de mineração e energias limpas, a feição produtiva do estado no final da segunda década do século XXI guardava mais similitude com a da Bahia do início do século XX, quando a dificuldade de industrialização ainda era a tônica.

A predominância da administração pública e de setores de intermediação comercial e de atividades imobiliárias, além de reproduzir as características mais tradicionais da economia, não possibilitou a reativação da economia baiana quando a crise do período 2015-2020 se tornou mais ascendente. A dificuldade de se iniciar um novo ciclo de crescimento, a partir do ano de 2021, esbarrou na necessidade do estado em atrair vetores mais dinâmicos e intensivos na geração de valor agregado (capazes de promover alterações na estrutura produtiva do estado).

### **3 A NOVA DÉCADA 2021-2030 E OS VELHOS PROBLEMAS**

O decênio iniciado em 2021 trouxe o peso da pandemia da Covid e as consequências sobre os setores produtivos, principalmente a indústria, que desde a década anterior enfrentava o problema da desindustrialização. A perda de competitividade da cadeia química e petroquímica e as dificuldades em torno das quedas consecutivas na produção metalúrgica do estado foram somadas à saída da Ford (2021) e da maioria de seus sistemistas do Polo de Camaçari.

A recuperação na taxa de crescimento em relação ao ano de 2020 (3,0% no PIB da Bahia em 2021) aconteceu muito mais pelo efeito base de comparação

principalmente no setor de serviços, do que por uma consistente reativação dos setores produtivos. O maior destaque do período aconteceu no setor da agropecuária, que em 2021 expandiu-se 7,3% (SEI, 2025). A indústria de transformação, como consequência da saída da *Ford*, apresentou uma retração de -7,4%, o que anulou o bom desempenho dos setores de indústria extrativa mineral (12,7%) e da construção civil (9,6%) e fez com que o setor industrial como um todo apresentasse uma taxa de decrescimento de -1,6% em 2021, em comparação ao ano de 2020.

Importante sinalizar aqui que a pandemia não foi o pior dos problemas econômicos da Bahia, em que pese toda deterioração no ambiente econômico e social (principalmente) da pior crise sanitária no mundo, desde a gripe espanhola. Mas, no caso da Bahia, a década perdida de 2011-2020 foi reflexo da perda de competitividade dos setores produtivos, que se consubstanciou pelo aumento dos setores tradicionais, menos geradores de emprego e renda, como predominantes na matriz produtiva do estado. Em 2021, o nível da atividade produtiva da economia baiana era o mesmo de 2009 (em função do decrescimento acumulado na taxa do Produto Interno Bruto baiano no período 2011-2020). Com o crescimento econômico verificado em 2022 de 4,2% e em 2023 de 2,3% (SEI, 2025), o nível da atividade econômica (o volume da produção de bens e serviços propriamente dito) seria semelhante ao registrado em 2013. Ainda que se considere o crescimento do PIB em 2024 (2,9%, segundo os dados da SEI), em termos de atividade econômica, a Bahia continua aproximadamente 10 anos atrasada.

O menor ritmo de crescimento entre todos os estados nordestinos (a exceção de Sergipe) fez com que os resultados da década passada (2011-2020) refletissem a diminuição de participação da economia baiana em relação ao Nordeste e ao PIB do Brasil. Em 2021, novamente a economia baiana perdeu sua representatividade na economia brasileira, passando de 4,0% em 2020 para 3,9% do PIB nacional em 2021. Paralelo a isso, o estado de Santa Catarina, 6ª maior economia do país, passou no mesmo período de 4,6% para 4,8%, reforçando a perda de competitividade da economia baiana e diminuindo a expectativa dela recuperar a sexta posição no *ranking* do PIB nacional, perdida desde 2015 (IBGE, 2023).

A expectativa de que o resultado alcançado em 2021 revertesse esse quadro de estagnação da economia baiana não encontrava respaldo na realidade econômica do estado, principalmente porque os investimentos protocolados e em maior ritmo de efetivação não eram capazes de promover uma mudança na sua matriz produtiva e de tornarem-se indutores de crescimento, emprego e renda.

As promessas em torno de uma nova economia, mais desconcentrada de seu eixo metropolitano e assentada sobre um grande investimento logístico – em torno do Porto Sul em Ilhéus, da Ferrovia de Integração Oeste – Leste, da indústria naval e náutica no Recôncavo e da mineração com transbordamentos em setores industriais a jusante a montante – não lograram êxito (até o final dos primeiros cinco anos da nova década). Exceção, é claro, da indústria de geração de energias renováveis (solar

e eólica) que já há algum tempo tem garantido algum destaque para a Bahia em todas as comparações com as demais unidades da federação, inclusive se tornando hegemônica na matriz energética do estado.

Talvez, a maior novidade em termos econômicos tenha sido o explícito reconhecimento (por parte planejamento estadual de longo prazo) do agronegócio como um vetor, que não obstante tenha como características a concentração de renda e o fato de ser capital intensivo, pudesse possibilitar maior integração territorial e uma alavancagem no crescimento econômico do estado da Bahia. O termo agronegócio ganhou relevância ao sugerir uma transição do modelo econômico baiano. O antigo motor de crescimento, baseado na relação indústria-serviços (predominante na segunda metade do século XX e início do XXI), daria lugar a uma nova dinâmica centrada no vínculo agropecuária-indústria. Apesar da falta de evidências estatísticas mais concretas que possam confirmar essa relação agropecuária-indústria como hegemônica no estado a partir da década de 2021-2030, os dados das contas regionais disponibilizados pela SEI (2025) demonstram que o setor da agropecuária e o da indústria ganharam participação no PIB, ao passo que o setor de serviços perdeu entre os anos de 2020, 2021 e 2022. Em 2023 e, principalmente, em 2024, a produção agrícola da Bahia foi severamente afetada pela onda de calor em escala nacional e internacional, resultando em menor valor agregado da agropecuária como um todo, como exposto na Tabela 4. Derivado desse problema, a agricultura baiana em 2024 teve uma queda na produção de 6,0% em relação a 2023 (SEI, 2025).

Tabela 4 – Estrutura do PIB por grandes setores econômicos – Bahia – 2011 a 2024 (Em %)

ANO	SETORES			
	AGROPECUÁRIO	INDUSTRIAL	SERVIÇOS	TOTAL
2011	8,2	23,8	68,1	100
2012	8,0	22,1	69,9	100
2013	7,3	20,5	72,2	100
2014	7,9	21,0	71,1	100
2015	8,3	22,1	69,6	100
2016	7,2	23,7	69,1	100
2017	6,7	22,5	70,8	100
2018	7,6	21,5	70,8	100
2019	6,8	21,8	71,3	100
2020	10,4	22,2	67,4	100
2021	11,1	24,9	64,0	100
2022	11,3	25,9	62,7	100
2023	10,4	25,1	64,5	100
2024	10,9	24,3	64,8	100

Fonte: SEI (2025); IBGE (2023)

A aparente elevação de participação da agropecuária e da indústria na estrutura do PIB no período em tela não configura uma mudança estrutural que ajudaria a reforçar que a economia baiana na nova década de 2021-2030 seria mais interiorizada ou mais homogênea que no decênio anterior. Os números ainda são incipientes para reforçar a ideia de um novo ciclo, seja porque não houve alavancagem na taxa de crescimento do estado diante desse aumento de participação da agropecuária e da indústria (nos primeiros anos da nova década que a diferenciasse das décadas anteriores), seja porque essas participações (2020-2022) são semelhantes às registradas para o período 2003-2005 (SEI, 2025).

Em uma fase pretérita, no início do século XXI, quando a discussão do agronegócio ainda não estava em evidência na Bahia e a economia se alavancava por meio das políticas e programas industriais estaduais, a estrutura produtiva do estado era muito semelhante à registrada no ano de 2022. Por isso, deve-se ter toda cautela em afirmar ser esse período da presente década o começo de um novo ciclo claramente constituído, bem como em não identificar a mudança setorial como disruptiva e definidora de um novo padrão de acumulação e crescimento econômico com aumento da interiorização. Apesar da semelhança na estrutura de participação

dos setores produtivos entre o período 2003-2005 e o período 2020-2022, as taxas de crescimento média e acumulada são bastante diferentes.

A taxa média de crescimento do PIB baiano no primeiro período foi de 5,3%, acumulando 16,6% entre 2003-2005. Já, no segundo período registrou-se uma taxa média de crescimento econômico de 0,6%, acumulando 1,8% entre 2020-2022 (SEI, 2024). Para tornar o exercício ainda mais claro, seria possível expurgar do cálculo do segundo período o ano de 2020, quando os efeitos da pandemia produziram uma expressiva queda no PIB de praticamente todos os estados brasileiros. Ainda assim, considerando-se apenas os anos de 2021, 2022, 2023 e 2024 a taxa média de crescimento da economia da Bahia seria de 3,1%<sup>3</sup>.

Ao lado de Pernambuco, a economia baiana teve o pior desempenho entre todos os estados da região Nordeste em 2021, na comparação com 2020<sup>4</sup>. O crescimento do PIB baiano em 3,0% e as observações em torno das hoje economias mais pujantes da região Nordeste<sup>5</sup>, reforçam o argumento da perda de competitividade da Bahia e a inexistência de um setor hegemônico na atualidade capaz de conduzir a reativação econômica do estado e garantir as melhorias contínuas para geração de emprego e renda de forma mais sustentada.

A história econômica recente da Bahia e os números das taxas de crescimento evidenciam o cuidado que se deve ter ao se projetar a formação de um novo ciclo de desenvolvimento para a Bahia entre 2021 e 2030. Relembrando, em 2024<sup>6</sup>, o nível de atividade econômica da Bahia era compatível com o registrado em 2014. Por isso, uma reativação dentro da expectativa de um novo ciclo implicaria não só em um salto maior no crescimento econômico, com melhoria nos indicadores sociais atuais, além de promover a tão sonhada interiorização da economia baiana, com desconcentração de renda e geração de mais empregos formais.

#### **4 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – BAHIA 2035 E 2050**

Em 2024, a Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), responsável pelas diretrizes da política territorial do estado, promoveu um intenso debate sobre a necessidade de atualizar e reestruturar as diretrizes do seu Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI), alterando o prazo final de 2035 para 2050.

A ideia dos planos estratégicos com visão de longo prazo começou ainda no início do século XXI, com o Plano Estratégico *20-20: o Futuro A Gente Faz*. Esses planos evidenciam que as mudanças estruturais levam mais tempo para seu alcance

---

<sup>3</sup> Ressalta-se que recaí sobre o ano de 2021 um efeito base de comparação e não uma efetiva alavancagem de crescimento da economia baiana, haja vista que o crescimento do PIB não foi capaz de cobrir o resultado negativo do ano 2020, auge da pandemia.

<sup>4</sup> Lembrando que a base produtiva do estado estava reduzida em 4,4% em comparação ao ano de 2019, em função da pandemia).

<sup>5</sup> Entre elas o Ceará, que apresentou uma expansão de 4,8%, e o Maranhão, com 6,2% de crescimento do PIB em 2021 (IBGE, 2023).

<sup>6</sup> Segundo as estimativas da SEI (2025), o crescimento econômico em 2024 foi de 2,9%.

e envolvem, na maioria das vezes, investimentos capazes de alterar a dinâmica da matriz produtiva, com aumento de valor adicionado em novos vetores com força motriz para alavancar o PIB, gerando efeitos de transbordamento para os empregos, a renda, bem como para os encadeamentos setoriais.

Não se pode afirmar que a Bahia é um estado sem planejamento. Pelo contrário, a Bahia foi pioneira entre as secretarias estaduais de planejamento do Brasil, ainda durante o governo do presidente Getúlio Vargas. Mas, desde a frustração com a não aprovação do famoso PLANDEB<sup>7</sup> que os resultados entre as perspectivas criadas em torno dos planos de desenvolvimento em âmbito estaduais não aconteciam, na prática, da mesma forma como planejado (Spinola, 2009).

O PDI Bahia 2035 foi lançado em 2018 (embora seu documento síntese seja de 2019) e contemplou seis dimensões temáticas: a competitividade sistêmica; a melhoria da qualidade de vida; a formação cidadã; a garantia de direitos; a sustentabilidade ambiental; e, a gestão estratégica (BAHIA, 2019). A ideia original era de que o plano cobrisse os quatro Planos Plurianuais subsequentes (2020-2023; 2024-2027; 2028-2031; 2031-2035), sempre destacando os avanços sociais como mecanismo indutor para o crescimento econômico e para melhoria de qualidade de vida da população baiana.

O cenário econômico que embasou a elaboração do PDI 2035 era o de evidente perda da competitividade sistêmica da Bahia, com baixo ritmo de crescimento do PIB, tanto na escala regional quanto nacional, que reverberou no aumento do desemprego<sup>8</sup>. Em paralelo, a perda de representatividade do PIB baiano na região Nordeste e no Brasil, bem como as alterações da sua matriz produtiva com diminuição progressiva da indústria de transformação criaram uma aparente dificuldade de reverter o estado estacionário que caracterizava o crescimento econômico da Bahia naquele momento que antecedia a elaboração do aludido plano de desenvolvimento.

Sobre essa construção do PDI 2035 é importante fazer duas ressalvas quanto à sua capacidade para uma reativação econômica do estado da Bahia de forma mais consistente a partir da proposição do PPA 2020-2023. A primeira delas está relacionada ao fato de que, ainda em meados de 2016, havia a intenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) de elaborar um Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE), cujo mote central era reverter a perspectiva do baixo crescimento da década e reduzir o desemprego da Bahia em 50% até o ano de 2030. A proposta não angariou apoio de outras instâncias do governo estadual, que propunham uma discussão mais social, com a continuidade dos programas de inclusão socioprodutiva, iniciados ainda na gestão do então governador Jacques Wagner.

---

<sup>7</sup> Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia, no governo de Antonio Balbino de Carvalho (1955-1959), sob a liderança de Rômulo Almeida.

<sup>8</sup> Entre 2012 e 2019, mesmo antes da pandemia da Covid, o desemprego na Bahia já evidenciava uma escalada de 8,4 pontos percentuais passando 10,1% para 18,5%, segundo os dados PNAD (IBGE, 2023). Em 2020, a taxa de desemprego foi para 20%, acima da média nacional de 13,9%.

Quando o ex-governador assumiu o comando da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no início do ano 2017, as ideias em torno de um PDI (e não de um PDE) tornaram-se hegemônicas. Àquela época, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CODES) – que desde 2015 já tinha *status* de Secretaria de Governo, embora fosse uma estrutura da SDE – ficou com a missão de fazer a articulação com a Casa Civil e a SEPLAN para discutir e elaborar um plano de desenvolvimento de longo prazo para a Bahia. Esta articulação intersetorial estabeleceu as bases políticas para a criação do PDI 2035.

A segunda das ressalvas está evidentemente relacionada com a pandemia da Covid 19. Por melhor que fosse o processo de planejamento e por mais assertiva que fossem as bases sobre as quais estavam assentadas as políticas de reativação econômica do PDI, era difícil prever que uma pandemia mundial iria acometer a Bahia justamente num período em que as fragilidades econômicas eram tão fortes e explícitas pelos principais indicadores econômicos e cujas primeiras expectativas pareciam supor uma retomada (principalmente pela base de comparação do nível de atividade produtiva muito baixa) já a partir de 2020. Os reflexos da Covid potencializaram o cenário recessivo da década de 2011-2020, que não foi superado em 2021 (quando a economia baiana cresceu apenas 3%, ante uma queda de -4,4% em 2020). Como se verá adiante, as metas estipuladas para a economia baiana no PDI 2035 eram pouquíssimas ousadas, mas, mesmo assim, o cenário de referência foi ainda mais dificultado/rebaixado como consequência da pandemia e dos efeitos deletérios deixados sobre toda a economia brasileira e mais sentidos pelos estados com maiores indicadores de pobreza multidimensional, entre eles a Bahia. De partida, faltou ao PDI Bahia 2035 uma visão sobre a economia baiana com viés mais desenvolvimentista, compatível com a necessidade de alteração da matriz produtiva e redução progressiva dos setores como a administração públicas e os serviços de intermediação comercial e imobiliária. Longe de afirmar que tais setores não sejam importantes para uma economia, o que se destaca é o fato de que ainda prevalece, na maioria dos municípios baianos, formas de acumulação de capital na esfera da circulação comercial e mercantil e não da produção.

O agronegócio e a agricultura familiar, a indústria de transformação com ênfase tecnológica, a indústria naval e náutica, o turismo e a economia criativa, os centros de distribuição – que dinamizam as atividades da economia compartilhada e do *e-commerce* -, a economia do mar, a mineração (com destaque para o potencial das rochas ornamentais) e o complexo industrial da saúde são apenas alguns exemplos de atividades portadoras de novas perspectivas, com fortes vantagens competitivas para o aporte de investimentos em toda a Bahia e capazes de aumentar o valor agregado das atividades produtivas ao PIB do estado, com transbordamentos estruturais e adensamento da matriz produtiva.

As energias renováveis e os investimentos em integrações de transportes ferroviários (FIOL), portuários (Porto Sul) e rodoviários (Ponte Salvador-Itaparica) são outros exemplos, mas eles já faziam parte das intenções de desenvolvimento

econômico e social de períodos anteriores ao PDI 2035, não sendo, portanto, elementos para uma leitura crítica ou mais eloquente sobre a visão de desenvolvimento econômico compreendida no referido planejamento de longo prazo da Bahia.

Para uma nova visão de desenvolvimento econômico, à luz dos antecedentes da economia baiana (inclusive descritos neste trabalho) que vigoravam durante a concepção do PDI, o argumento a ser defendido pelo planejamento de longo prazo da Bahia deveria ser o da efetivação de investimentos em novos vetores econômicos, com perspectivas de gerar encadeamentos e mudanças estruturais, capazes de alavancar a taxa de crescimento do PIB e de promover as complementações setoriais da matriz-insumo produto do estado. Ao lado dos programas de inclusão socioprodutiva, com mais geração de valor na agricultura familiar e nas atividades rurais, principalmente para os pequenos municípios, tais encadeamentos poderiam favorecer a criação de uma economia mais competitiva, com maior dinâmica interna, endogenizando e interiorizando o desenvolvimento econômico.

No entanto, o texto final do PDI 2035 definiu assim as bases de desenvolvimento para a competitividade sistêmica da Bahia, dentro de sua visão de longo prazo:

Assegurar o desenvolvimento da base produtiva, fortalecendo a inserção da economia baiana em cadeias regionais e globais e garantindo a inclusão social e a redução das desigualdades regionais, por meio do fortalecimento da base científica, tecnológica e de inovação, da infraestrutura produtiva, urbana, rural e social, da rede de cidades de médio e pequeno porte, e do maior acesso à terra (BAHIA, 2019, p.12).

Sem nenhuma menção sobre como assegurar esse desenvolvimento, principalmente em função dos indicadores econômicos e sociais antecedentes que evidenciavam perda de participação e de pujança econômica (em escala regional e nacional), asseverava-se no mencionado documento que em 2035 a Bahia teria uma diversificação de sua base produtiva e a liderança em crescimento na economia nordestina, inclusive com saltos de qualidade de vida, distribuição de renda e inclusão social (BAHIA, 2019).

Além de proposições pouco claras sobre a forma como se daria efetivamente o aumento da competitividade sistêmica da Bahia, as metas estabelecidas para os indicadores que serviram de referência para análise de alcance dos resultados foram subestimadas desde a sua propositura. Por exemplo, ampliar a participação da economia baiana no PIB do Brasil de 4,1% em 2016 (ano base de partida desse indicador) para 4,3% em 2035 (BAHIA, 2019) seria, certamente, insuficiente para tornar o estado líder de crescimento e dinâmica na região Nordeste. A própria inércia econômica, somadas às dificuldades de outros estados, poderia fazer a Bahia atingir esse patamar no *ranking* nacional, sem que houvesse nenhuma mudança estrutural da sua economia. Além disso, o plano em sua essência defendia, como premissa

base, ações de inclusão socioprodutivas que em geral são menos intensivas em capital, e, por conseguinte, em valor agregado ao PIB estadual.

No que se refere à taxa de desocupação, o PDI considerou a informação do ano base de 2018 em 17% e fixou a meta para 2031 em 10,4%. Ainda que se considere que à época em que foi elaborado o PDI não seria possível prever a pandemia da Covid e seus efeitos deletérios, reforça-se que em 2012, portanto, seis anos antes da propositura do PDI, a taxa de desocupação da Bahia já havia se situado em 10,1%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2023). Portanto, a economia do estado já havia atingido uma meta até maior do que a estabelecida no plano.

Os outros dois indicadores associados à competitividade sistêmica foram a expansão da abertura da economia baiana (medida pela soma de exportações mais as importações do estado em proporção do PIB) de 17,5%, em 2016, para 23%, em 2035, e a participação da Bahia no depósito de patentes no Nordeste de 16,3%, em 2018, para 25%, em 2035. Além de não mencionar, como já enfatizado anteriormente, como conseguir alcançar esses dois últimos resultados nos indicadores supracitados, é importante observar outra curiosidade: apesar de se dirigir aos Territórios de Identidade e à inserção em cadeias regionais, com inclusão social e distribuição de renda, os indicadores da competitividade sistêmica não foram estabelecidos para padronizar métricas ou metas com essa abrangência espacial. Ademais, nada mencionaram sobre mudanças na matriz produtiva, com ganho de participação de setores mais dinâmicos na composição do PIB ou sobre o ritmo de crescimento esperado para a economia baiana até 2035.

Os esforços para realizar uma análise crítica, mas, também, propositiva sobre o PDI 2035, não podem perder de vista o fato de que se trata de uma iniciativa louvável, decorrente de um processo de planejamento de longo prazo que fornece *inputs* atualizados para a construção dos planos plurianuais e que integra os mais diferentes programas e ações e secretarias de Estado, em períodos individuais de quatro anos.

Mais do que isso, é importante levar em consideração a realidade social dos municípios baianos, na qual o cenário é de forte dependência do Estado, com a administração pública assumindo o protagonismo do ponto de vista da geração de riqueza em pelo menos 40% deles (SEI, 2024), acompanhada da alta taxa de informalidade presente, no mercado de trabalho dos pequenos municípios, da significativa taxa de analfabetismo registrada no último Censo Demográfico<sup>9</sup> e, também, das 2,46 milhões de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em 2024 (BRASIL, 2024).

Segundo Pessoti (2020), em 2016, dos municípios com menos de 20 mil habitantes que tinham o setor de serviços como predominante em suas economias,

---

<sup>9</sup> 12,1% da população baiana era não alfabetizada em 2022. A Bahia ocupava a 9ª posição entre os estados da federação, na frente apenas dos outros 08 estados da região Nordeste (IBGE, 2025).

92% deles tinham a administração pública como responsável por mais de 50% do valor agregado pelo setor de serviços aos respectivos PIBs municipais e 100% deles, com a administração pública gerando 50% ou mais dos empregos formais. Naquele ano, em 96 municípios (um pouco menos de ¼ dos municípios que integram o território baiano), a participação da administração pública nos empregos formais atingia o patamar de até 75% (Pessoti, 2020, p. 60).

Pessoti (2020, p. 62) então arremata essas considerações da seguinte forma:

Em mais de 65% dos pequenos municípios baianos, o PIB *per capita* não excedia o segundo quartil do valor desta variável para o conjunto do estado. [...] Considerando que a população desses municípios não é um fator de redução desse agregado macroeconômico, seus baixos valores se devem à escassez de geração de produto interno, ou seja, à falta de atividades de agregação de valor de suas economias locais.

É sempre importante considerar que, segundo as informações do Censo Demográfico do IBGE, dos 417 municípios baianos, 257 tinham até 20 mil habitantes em 2022, isto é, 61,6% dos municípios. Outros 118 municípios (28,3%) encontravam-se na faixa entre mais de 20 mil habitantes e menos de 50 mil habitantes. Desse modo, constata-se que 89,9% dos municípios baianos - praticamente nove em cada dez - tinham menos de 50 mil habitantes, fato esse que representa uma dificuldade estrutural central que deve ser obrigatoriamente considerada em qualquer análise da economia baiana ou proposta de desenvolvimento econômico para o estado. (IBGE, 2025).

Seria muito forte e mesmo incorreto afirmar que as iniciativas do PDI Bahia 2035 foram concebidas em completo descompasso entre a proposição do plano e a realidade local. Mas, a crítica que se pode fazer, principalmente no campo econômico, é a de que houve ausência de iniciativas mais claras sobre a forma de tornar mais robusta e competitiva a matriz produtiva do estado, com descentralizações territoriais, diminuição da dependência do setor público e uma estratégia de desenvolvimento que combinasse a inclusão socioprodutiva nos menores municípios, com ações claramente voltadas para a formação de novos complexos econômicos a partir de uma visão territorial. Utilizando como referência de argumento a celebre obra de Albert Hirschman (A Estratégia de Desenvolvimento Econômico publicada em 1958), setores produtivos, de maior valor agregado induzidos pelo Estado podem ser capazes de alterar a dinâmica da economia, das capitais territoriais e dos municípios de maiores aglomerações produtivas, com a indução planejada de encadeamentos setoriais, interiorização na medida das possibilidades e com alavancagem da taxa de crescimento do PIB.

Nas proposições do PDI 2035, essa ideia de aumentar a dinâmica territorial com base na combinação de estratégias para formação de polos regionais ou mesmo para integrar a economia dos municípios com questões sociais mais graves, ficou no

máximo implícita, e foi indistintamente identificada pela ação política de inclusão socioprodutiva, capaz de gerar empregos, distribuir renda, difusão tecnológica e ainda práticas mais sustentáveis em relação ao meio ambiente (BAHIA, 2019, p. 31).

Pelo eixo estratégico Desenvolvimento Produtivo, o PDI Bahia 2035 listou um conjunto de ideias/intenções de iniciativas para a desconcentração espacial e distribuição de renda, com superação de vulnerabilidades e para promover a integração da economia baiana aos mercados nacional e internacional. Apesar desta proposta não ser necessariamente nova, uma vez que esses mesmos objetivos já constavam do Plano Estratégico Bahia 2020, do início dos anos 2000, não havia dentro do PDI 2035 qualquer indicativo da forma como esses processos seriam conseguidos, repetindo um discurso de desenvolvimento que historicamente marcou a trajetória do planejamento estadual da Bahia (Baptista, 2015).

A redação do PDI Bahia 2035 sintetizou a ideia sobre desenvolvimento produtivo da seguinte forma:

O desenvolvimento pretendido também resulta da ampliação e diversificação da matriz produtiva baiana e requer fortalecimento dos elos entre produção e comercialização e do apoio à consolidação de arranjos produtivos e novos empreendimentos com potencial de expansão. Em paralelo, pretende reforçar a infraestrutura e a logística com foco em setores estratégicos, levando em conta as especificidades sociais, espaciais e produtivas, com preocupação quanto à sustentabilidade ambiental e ao respeito aos povos e comunidades tradicionais (BAHIA, 2019, p. 31).

Ao explicitar os objetivos estratégicos e o modo de como alcançá-los para elevar o desenvolvimento produtivo, o mesmo texto foi novamente inserido no documento do PDI que foi publicado, sem explicar como os conjuntos de ações ou programas do PDI Bahia 2035 poderão ensejar alterações no desenvolvimento vigente e a compatibilidade com a ideia de longo prazo:

Promover a ampliação e a diversificação da matriz produtiva baiana, buscando o fortalecimento dos elos de produção e comercialização, apoiando a formação e a consolidação de arranjos produtivos e novos empreendimentos com potencial de expansão (BAHIA, 2019, p. 32).

Em 2024, após a constatação de que o ritmo de crescimento econômico não havia sido retomado como esperado pelo PPA 2020-2023, seja em função dos efeitos deletérios da Covid 19, seja pela desorganização da atividade produtiva do estado, com a perda de representatividade dos setores mais dinâmicos na composição setorial do PIB, a SEPLAN começou a realizar uma grande revisão no PDI, com alargamento do prazo originalmente estabelecido de 2035 para 2050.

De acordo com Peixoto (2024), a nova concepção do PDI Bahia 2050 se configura como uma versão mais atualizada do PDI 2035, mas, com uma novidade em relação ao anterior: foram listadas algumas certezas e outras incertezas críticas que deverão marcar a trajetória da evolução da economia baiana até 2050. Entre as

certezas, o PDI 2050 destacou o crescimento da produção e exportação de grãos, frutas, minérios na Bahia, crescimento das energias renováveis, a melhoria da infraestrutura e logística (ferrovias, rodovias e portos), a transição demográfica, entre outras

Entre as incertezas, o PDI 2050 destacou a necessidade de pensar a evolução da economia de forma sustentável, as mudanças climáticas e os possíveis danos ambientais para a sociedade, a evolução da infraestrutura social e econômica na região semiárida do estado, a interiorização produtiva, o dinamismo econômico e a infraestrutura vão caminhar acontecer na velocidade esperada pelo estado? E, no plano ainda das ideias (porque em finais do ano de 2025 quando este artigo foi realizado, o documento definitivo sobre o plano não estava totalmente pronto e publicado pela SEPLAN), as alternativas de enfrentamento das incertezas vindouras combinam iniciativas de inclusão socioprodutiva com vetores de mais alto valor agregado e atividades que se notabilizaram como portadoras de novas perspectivas, inclusive para alavancagem do crescimento econômico, geração de renda e possibilidade de mudança estrutural.

O novo PDI foi inspirado no Plano Estratégico China 2050, dentro da atmosfera das relações bilaterais que se intensificaram entre a Bahia e a China desde o início do ano de 2023. Do ponto de vista da sua organização interna, as mesmas seis dimensões de desenvolvimento do PDI 2035 foram mantidas: a competitividade sistêmica; a melhoria da qualidade de vida; a formação cidadã; a garantia de direitos; a sustentabilidade ambiental; e, a gestão estratégica. Importante ressaltar que essa atualização do PDI iniciada em 2024 para o ano de 2050 não serviu de referência programática para a construção do PPA 2024-2027, realizado ainda com base no PDI 2035 (Peixoto, 2024).

A justificativa para atualização do PDI para 2050 estaria assim atrelada, no campo externo, ao avanço que a economia chinesa logrou ao longo dos últimos anos, redefinindo uma nova geopolítica internacional e alicerçada em um plano estratégico de mais longo prazo. E, pela necessidade de integração da política e do planejamento estadual com a Estratégia de Desenvolvimento Brasil 2050, também elaborada pelo governo federal em 2025. No campo das influências mundiais e nacionais, destacam-se o recrudescimento da pobreza e da desigualdade social, as mudanças climáticas e o avanço das tecnologias e da inteligência artificial, que não foram adequadamente consideradas no cenário de referência do PDI Bahia 2035.

Intensificaram-se em um curto espaço de tempo as mudanças climáticas e a descarbonização da economia, como tendência, inclusive influenciadas pela transição energética e pela busca de fontes alternativas de energia renováveis, para além das fontes eólica e solares, incluindo a biomassa, o hidrogênio verde e a economia circular. Esse ressignificar da economia em escala mundial, cria uma perspectiva menos material e mais lastreada em transformações tecnológicas e pela digitalização da economia e da sociedade, que influenciarão o modo de produção capitalista de

forma mais produtiva e disruptiva em relação ao padrão de acumulação vigente até o final da segunda década do século XXI.

Na Bahia do novo PDI 2050 foram elencados os vetores que ganharão maior destaque e impulso para as principais transformações socioeconômicas nos próximos anos, com rebatimentos territoriais. Entre eles, foram destacados por Peixoto (2024): a produção e exportação de grãos; a produção e a exportação mineral; o crescimento da produção de energias renováveis e do hidrogênio verde; o turismo e a economia criativa e os investimentos em logística e transportes, com destaque para rodovias, ferrovias e portos, além da base industrial instalada.

Tomando por base os setores apresentados, o PDI 2050 apresenta os principais ativos que influenciarão a visão de longo prazo para a Bahia e que servirão de referência para as políticas e ações programáticas do PPA 2028-2031. A Figura 1 faz uma síntese dos principais vetores para o desenvolvimento da Bahia, com base no PDI 2050.

Figura 1 – Principais elementos para o Desenvolvimento da Bahia com base no PDI 2050



Fonte: Peixoto (2024).

Ainda é precipitado para fazer qualquer análise sobre as propostas em torno do PDI 2050, haja vista que elas estão sendo apresentadas na medida em que o novo PDI do estado está sendo atualizado. Mas, o fato é que a Bahia, até o final da primeira metade da terceira década do século XXI, ainda enfrenta um cenário de baixo crescimento econômico, como revelaram as análises realizadas com as informações disponíveis para o período.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da economia baiana, apresentada neste trabalho, evidencia um conjunto de transformações marcadas por avanços pontuais, retrocessos estruturais e desafios persistentes. A industrialização impulsionada pelo Polo Petroquímico de

Camaçari, ainda na segunda metade do século XX, representou um marco importante na modernização da base produtiva do estado, rompendo, ao menos parcialmente, com a dependência histórica de setores agroexportadores e da administração pública como eixo central da economia baiana. Entretanto, como demonstrado, os ganhos obtidos nesse período não se traduziram em uma trajetória sustentada de crescimento e diversificação produtiva.

A década de 2011-2020 consolidou-se como um momento crítico - caracterizado como a “década perdida da economia baiana” - em virtude da combinação de fatores adversos: retração econômica, perda de participação relativa no PIB regional e nacional, desindustrialização, aumento do desemprego e uma forte estagnação dos principais vetores de dinamismo da sua matriz produtiva. Os setores tradicionalmente mais robustos, como a agropecuária e a indústria de transformação, enfrentaram choques severos, tanto em decorrência de questões climáticas e conjunturais, quanto por problemas estruturais que comprometeram sua capacidade de agregação de valor.

Mesmo diante de investimentos industriais e logísticos anunciados e protocolados ao longo do período, a efetivação de tais projetos ficou aquém do necessário para gerar impactos mais significativos sobre a estrutura produtiva. O setor de serviços, embora tenha ampliado sua participação no PIB estadual, teve esse crescimento calcado em segmentos pouco dinâmicos - como a administração pública e as atividades comerciais e imobiliárias -, o que limitou o potencial de inovação, de encadeamentos produtivos e de geração de empregos qualificados.

A nova década, iniciada em 2021, trouxe a esperança de um novo ciclo de crescimento, com destaque para os setores agropecuário, de energias renováveis e de mineração. No entanto, os dados até 2025 indicam que esse novo ciclo ainda não se consolidou. O crescimento observado tem sido insuficiente para recuperar as perdas acumuladas, bem como para alterar de forma decisiva a matriz produtiva baiana. O distanciamento da Bahia em relação às economias mais dinâmicas do Nordeste na atualidade (principalmente em termos da taxa de crescimento real do PIB), como Maranhão e Piauí e mesmo em relação aos estados do Ceará e Pernambuco, que investiram muito em tecnologia e infraestrutura ao longo dos últimos anos, reforça a necessidade urgente de estratégias mais eficazes de desenvolvimento regional e de aceleração do ritmo de crescimento econômico.

O planejamento de longo prazo, materializado no PDI Bahia 2035 e posteriormente atualizado para o horizonte de 2050, constitui uma iniciativa importante. Como se demonstrou ao longo deste trabalho, a atualização proposta pela SEPLAN para 2050 parece ter maior ambição estratégica, metas mais ousadas e mecanismos concretos de indução ao crescimento econômico, a partir de vetores produtivos que poderão alavancar a economia baiana nos próximos anos. As ações propostas na primeira versão do plano (Bahia 2035) eram, em grande parte, genéricas e pouco articuladas com os desafios estruturais da economia baiana, especialmente

no que se refere à transformação da base produtiva, à reativação dos vetores de crescimento e mesmo da sua interiorização.

A desconcentração econômica espacial da Região Metropolitana, observada ao longo dos últimos anos, em direção ao Oeste da Bahia (que não foi objeto deste trabalho) aconteceu, quase que exclusivamente, em função do crescimento exponencial do agronegócio e não deve ser considerada como um êxito intencional de interiorização da economia do estado. Na prática houve uma “desconcentração concentrada”, que deverá ser assunto para um novo artigo, já em discussão por esses mesmos autores.

As experiências nacionais e internacionais de planejamento do desenvolvimento econômico apontam que sem a presença de vetores dinâmicos - com a capacidade de articular cadeias produtivas, promover inovação tecnológica, estimular investimentos privados e de infraestrutura e impulsionar a agregação de valor - a economia baiana tende a permanecer presa a uma lógica de crescimento inercial, dependente do setor público e de ciclos exógenos de expansão do agronegócio de base exportadora. Portanto, a construção de um novo ciclo de crescimento para a Bahia exige mais do que intenções programáticas: requer um novo pacto institucional e federativo, voltado para a criação de um ambiente econômico propício à inovação, à industrialização de nova geração, à interiorização qualificada do desenvolvimento, com aumento da geração de valor agregado da agricultura familiar e elevação da produção industrial derivada das cadeias do agronegócio e da mineração. E, claro, de investimentos contínuos em logística de transportes e infraestrutura digital e tecnológica.

Em suma, o futuro da economia baiana dependerá - principalmente agora quando se inicia a segunda metade da terceira década do século XXI -, da sua capacidade de romper com os modelos de crescimento do passado e de estruturar uma base produtiva mais complexa, inclusiva e sustentável. Esse esforço envolve não apenas uma reorientação dos investimentos públicos e privados, mas também uma nova cultura de planejamento e governança, capaz de alinhar os objetivos de crescimento econômico com a redução das desigualdades regionais e sociais. É nesse horizonte que se deve ancorar a Bahia até 2050 - uma economia mais diversificada, integrada, tecnológica e justa.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Investimentos Industriais da Bahia no período 2007-2023**. Salvador: SDE, 2023. Disponível em: <http://www.sde.ba.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Planos de Desenvolvimento Integrado 2035**. Salvador: SEPLAN-BA, 2019.

BAPTISTA, José Murilo. Bahia – trilhas da intervenção governamental. In: PESSOTI, Gustavo (Org.). **A economia baiana em análise retrospectiva e perspectiva**. Salvador: CORECON-BA, 2015. p. 283–307.

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). MDS. In: **Noções básicas cadastro único**. 2024. Disponível em: [https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2\\_Acoes\\_e\\_Programas/Cadastro\\_Unico/Cartilha/Cartilha\\_Cadastro\\_Unico\\_Digital.pdf](https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Cadastro_Unico/Cartilha/Cartilha_Cadastro_Unico_Digital.pdf). Acesso em: 1 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)**. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **SIDRA**: contas nacionais do Brasil 2002-2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **SIDRA**: contas regionais e municipais do Brasil 2002-2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **SIDRA**: Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-populacao-por-idade-e-sexo>. Acesso em: 5 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **SIDRA**: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2023b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>. Acesso em: 25 nov. 2023.

PEIXOTO, C. **Bahia 2050 - Oportunidades Portadoras de Futuro**. Semana do Economista 2024 - Bahia 2050 Perspectivas portadoras de futuro para a economia e economistas baianos. Salvador, 2024. Palestra.

PESSOTI, F.C.C.L.; PESSOTI, G. C.; SILVA, D.V.; ALMEIDA, A.B. Os Ciclos Econômicos da Bahia: análise retrospectiva e perspectiva – 1975- 2020. In: **Memórias da Economia Baiana**. Pessoti, Gustavo Casseb (Org). Salvador: SEI, 2020.

PESSOTI, F. C. C. L. **Políticas sociais e dinâmica econômica e suas relações com a pobreza multidimensional**: uma análise para os pequenos municípios da Bahia. 2020. 223 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33334>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **A trilha perdida**: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: Fapesb, 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **PIB baiano tem alta de 2,6% no quarto trimestre e fecha 2023 com crescimento**. Salvador: SEI, 2024. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/casacivil/noticia/2024-05/1935/pib-baiano-tem-alta-de-26-no-quarto-trimestre-e-fecha-2023-com-crescimento>. Acesso em: 20 out. 2025.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **PIB e estudos correlatos**. Tabelas e Gráficos - PIB Estadual Anual. 2025. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/sei/pib-estadual-0>. Acesso em: 20 out. 2025.

VIEIRA, Carol Araújo; SILVA, Denis Veloso da; SANTOS, João Paulo Caetano. Um retrato da Bahia em relação ao Nordeste sob a lente das contas regionais, 2010–2018. In: PESSOTI, Gustavo Casseb; CERQUEIRA, Ana Cristina; WANDERLEY, Livio Andrade (Org.). **Reflexões de Economistas Baianos 2021**: economia e a pandemia da Covid-19. v. 2. Salvador: CORECON-BA, 2021. p. 183–208.